

## Tese de Doutorado<sup>1</sup>

GOMES, Luiz Augusto de Oliveira<sup>2</sup>. **Trabalho-Educação, experiência de classe e relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação do movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST)**. 2023. 264f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

## Resumo expandido

O esforço de síntese aqui apresentado é fruto da trajetória de pesquisa realizada no Doutorado em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Lia Tiriba. Nosso trabalho de investigação junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto surge a partir da minha inserção como coordenador estadual do movimento, acompanhando os espaços de ocupação, tais como assembleias, Cozinhas Solidárias, atos públicos e ocupações de moradia. Partindo da premissa de que a questão da habitação é um elemento fundamental para a garantir existência humana, o objetivo da pesquisa foi o de analisar processos de ‘ocupação’ do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entendidos como experiência de classe e como mediação na formação política de homens e mulheres que integram a parcela mais precarizada da classe trabalhadora. Nossa hipótese é de que, além da satisfação imediata de saciar a fome e/ou ter um teto para morar, as relações pedagógicas vividas, sentidas e partilhadas nos espaços de ocupação do MTST contribuem para a satisfação de necessidades humanas como afeto, proteção, participação política, entendimento, ócio, como também potencializam a organização da luta coletiva.

<sup>1</sup> Tese recebida em 01/09/2023. Aprovada pelos editores em 27/09/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59787>.

<sup>2</sup> Doutor em educação em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF), Niterói - Brasil. E-mail: [luiz.augusto1201@gmail.com](mailto:luiz.augusto1201@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4318579878785745>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7319-0795>. Tese defendida em 31 de janeiro de 2023, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lia Tiriba. Link para a Tese: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/30024>

Entendemos como processos de ocupação, as práticas sociais onde trabalhadores e trabalhadoras, por meio de iniciativas coletivas, ocupam (provisória ou definitivamente) os meios de produção da vida social, podendo atribuir um novo sentido para o espaço e para as relações sociais que se estabelecem. É atravessada por aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e territoriais em determinados espaços/tempos históricos. Pode carregar contradições inerentes à sociedade capitalista, tal como a defesa indiscriminada da propriedade privada, e é expressão do acirramento entre as classes sociais.

Organizamos a tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, travamos um diálogo com autores do materialismo histórico dialético, destacando as contribuições de Antonio Gramsci e E.P. Thompson sobre os conceitos de classe, experiência e cultura. Defendendo uma concepção verdadeiramente dialética da história, não subjugando a superestrutura em relação à estrutura, ou a cultura em relação à economia, procuramos compreender, a partir da literatura dos atores, por que e como os seres humanos se educam, lutam e se articulam entre si.

No segundo capítulo, buscamos identificar experiências históricas de ocupação de terras, fábricas, escolas destacando a questão da habitação como necessidade básica para a reprodução da classe trabalhadora. Quando nos debruçamos sobre as experiências, não queremos com isso constituir modelos explicativos. A conquista de autonomia por parte da classe trabalhadora, materializada nas experiências que estudamos (experiências que têm como fio condutor a questão da moradia), ajuda a afirmar que as lutas contemporâneas por habitação são frutos desse acúmulo de lutas. Assim, percebemos que as experiências herdadas e partilhadas (THOMPSON, 1981) atuam de forma educativa para os movimentos sociais da contemporaneidade. O trabalho de ocupar e organizar a ocupação revela o seu princípio educativo.

No terceiro capítulo, iniciamos com o debate sobre o processo de acumulação primitiva, defendendo que o conceito não está estático na história, mas se manifesta até os dias de hoje, contribuindo para o aprofundamento do racismo estrutural, ambiental, escravidão por dívida, roubo de terras e outras perpetuações coexistentes. Desse processo surge o exército industrial de reserva. Como nos indicou o trabalho de campo, é uma parte desse grupo que transita nos espaços de ocupação do MTST.

Também compõe o terceiro capítulo o debate da mercantilização da cidade na sociedade capitalista. Observamos que a mercantilização das cidades exclui grande

parcela da classe trabalhadora do seu acesso pleno. Acreditamos que os movimentos sociais contribuem na organização da luta coletiva frente a essa concepção de cidade mercadológica, que ao mesmo tempo exclui e joga para a marginalidade quem não consegue tornar-se cidadão consumidor. Entendemos que o direito à cidade guia a luta por melhores condições de vida nos centros urbanos, podendo contribuir para a construção de um novo modelo de cidade que não passe pela lógica do capitalismo.

Por último, analisamos os projetos políticos do Movimento Pelo Direito à Moradia (MDM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a Frente de Luta por Moradia (FLM), e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) contidos nos meios de comunicação “oficiais” desses movimentos. Com isso, compreendemos que a luta por moradia protagonizada pelos movimentos sociais têm na sua pluralidade algumas divergências e divisões políticas internas. Todos os quatro movimentos travaram um debate classista, onde reivindicavam os interesses da classe trabalhadora, mas apenas dois reivindicam uma mudança estrutural na sociedade capitalista. Compreendemos que os movimentos sociais são expressão das contradições e limites da sociedade capitalista e são, portanto, profundamente educativos uma vez que por sua atuação simultaneamente questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação.

No Capítulo 4, abordamos o MTST no Brasil e o seu enraizamento no Rio de Janeiro. Após as ocupações de 2014, 2015 e 2018, o MTST-RJ conseguiu enraizar militantes nos bairros e desenvolver trabalhos locais junto à comunidade. Ao acompanhar o trabalho junto às Cozinhas Solidárias, percebemos que o trabalho no interior desses espaços de ocupação - o de limpar o espaço, cortar legumes e verduras, catar feijão, cozinhar, organizar atividades, lavar a louça - foi importante para as práticas e o fortalecimento da coletividade, reafirmando o princípio educativo do trabalho. Com isso, podemos formular que nos espaços de ocupação do MTST as relações pedagógicas visavam, ainda que contraditoriamente, a formação da coletividade entre homens e mulheres ocupantes e do fazer-se (THOMPSON, 2015) desses sujeitos como classe trabalhadora.

Do MTST-RJ também nasce “O Formigueiro”, jornal de circulação interna entre os participantes da base social do movimento. Ao nos debruçar sobre o material, percebemos que o jornal busca articular as pautas gerais com pautas específicas,

informar e formar e, não menos importante, ajudar na criação de uma identidade para os sem-teto do MTST-RJ. A leitura da assembleia funcionava da seguinte forma: quem sabia ler ajudava as companheiras e companheiros que não sabiam. A proposta é que todos possam participar e se sentir incluídos na atividade.

No capítulo cinco, investigamos como são tecidas as relações pedagógicas nos espaços de ocupação (Assembleias, atos e Cozinhas Solidárias). O campo evidenciou que ao participar dos espaços coletivos, seja lavando pratos, varrendo o chão ou buscando uma quentinha nas Cozinhas Solidárias, seja falando sobre futebol e política minutos antes de começar a assembleia de bairro, os espaços de ocupação, podem contribuir para a satisfação de diversas necessidades. Nesse sentido, acreditamos que as Cozinhas desempenham um protagonismo central como satisfatores de necessidades e em particular, para satisfazer a necessidade de luta. Relações que estão intrinsecamente relacionadas com a questão da solidariedade.

Como síntese provisória da análise das relações de convivência entre militantes, ocupantes e militantes/ocupantes, identificamos que as relações pedagógicas favorecem a satisfação de diversas necessidades humanas, potencializando a formação da coletividade e o ‘fazer-se’ de homens e mulheres como classe trabalhadora. Transitando entre concepções e práticas de solidariedade humana e solidariedade de classe, criando relações política/culturais/educativas. Essas experiências de classe remetem-nos ao princípio educativo do trabalho de ocupar.

As relações de convivência nos espaços de ocupação do MTST nos contaram algumas coisas. Em primeiro lugar, a violência simbólica empreendida em alguns momentos de tensão são consequências da vida de privação e violência que militantes e outros participantes experienciaram ao longo da vida. Não temos elementos teóricos suficientes para aprofundar a questão, mas destacamos a importância de futuras pesquisas sobre. O trabalho manual aliado com a formação política, entre trabalhadores e trabalhadoras, ajuda a compreender teoricamente como a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade” (GRAMSCI, 2017, p.314-315) é provocada por elementos históricos e culturais orientados pela criticidade em relação a sua própria concepção de mundo, e mediado pelos intelectuais. É imprescindível a cultura como mediação para a implementação de uma “reforma intelectual e moral”.

As relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação nos ensinaram que, como processo educativo, o desafio é que cada cozinha precisa ampliar seus espaços de governança e/ou controlar aqueles que governam transitoriamente (GRAMSCI, 2001, p. 50). As experiências associativas que se constituem nos espaços de ocupação do MTST atuam como ‘escolas’ de produção de uma cultura do trabalho e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capital” (TIRIBA, 2008, p. 2).

Acreditamos que para constituir uma nova sociedade marcada pela reprodução ampliada da vida em contraponto à reprodução ampliada do capital, é necessário forjar a partir do trabalho coletivo, das relações de solidariedade, uma nova cultura do trabalho (TIRIBA, 2008, p. 19) que tenha “como pré-requisito a propriedade e posse coletiva dos meios de produção, o controle sobre o processo e o produto do trabalho e, que a força de trabalho deixe de ser uma mercadoria. Para que ela se constitua na sua plenitude é preciso também romper com o sistema capital”.

## Referências

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2** / Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**; tradução de Denise Bottmann. 7ª . ed. — São Paulo : Paz e Terra, 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva** (UFSC) , v. 1, p. 20-27, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10295/0> Acesso em 20 de agosto de 2019.